



PRINCÍPIOS METODOLÓGICOS PARA ELABORAÇÃO DE UMA CARTOGRAFIA SOCIAL AUTÔNOMA

Principios metodológicos para la elaboración de una cartografía social autónoma

DOI

RESUMO

A cartografia social, potencialmente instrumento de resistência e defesa dos territórios de comunidades rurais e tradicionais, tem sido amplamente disseminada, acompanhada do planejamento e da implementação de diferentes metodologias. Contudo, é necessário discernir entre metodologias que reproduzem formatos de mapeamento participativo nos quais as comunidades atuam apenas como fontes de pesquisa, daquelas em que a comunidade é sujeito ativo. Como estudo de caso, este artigo apresenta a metodologia desenvolvida pelos autores sob demanda e conjuntamente com a comunidade quilombola de Piatã, na Bahia, discutindo estratégias que possibilitem a construção de cartografias autônomas pelas próprias comunidades.

Palavras-chave: Cartografia social. Pedagogia da autonomia. Mapeamento participativo.

Rogério Mucugê Miranda

Universidade Católica do Salvador

E-mail: rgmucuge@gmail.com

Orcid: orcid.org/0009-0001-3174-0883

Cristina Maria Macêdo de Alencar

Universidade Católica do Salvador

E-mail: cristina.alencar@pro.ucs.br

Orcid: orcid.org/0000-0002-1463-6224

RESUMEN

La cartografía social, instrumento potencial de resistencia y defensa de los territorios de las comunidades rurales y tradicionales, se ha difundido ampliamente, acompañada de la planificación e implementación de diversas metodologías. Sin embargo, es necesario distinguir entre metodologías que reproducen formatos de cartografía participativa en los que las comunidades actúan únicamente como fuentes de información y aquellas en las que la comunidad es un sujeto activo. Como estudio de caso, este artículo presenta la metodología desarrollada bajo demanda y en colaboración con la comunidad quilombola de Piatã, en Bahia - Brasil, analizando estrategias que permiten la construcción de cartografías autónomas por parte de las comunidades.

Palabras clave: Cartografía social. Pedagogía de la autonomía. Cartografía participativa.

INTRODUÇÃO

Ao nos depararmos com a história da humanidade, observamos várias formas de representação do espaço geográfico e dos territórios do viver e do saber, dentro de cada cosmovisão e de tipos de leitura, escrita ou geométrica. Esta representação está muitas vezes relacionada a mapas, e quando o assunto é “cartografia”, o entendimento mais comum é que esta palavra é também sinônimo de “mapa”. Porém, a história também nos mostra vários exemplos de elementos rudimentares criados por seres humanos pré-históricos com materiais diversos, oriundos de materiais extraídos da natureza, para conhecimento e domínio do seu território (Freitas, 2005), através de sua cartografia não convencionalizada.

Entre o Século XV e XVI, Espanha e Portugal, através de mapas cartográficos e recursos tecnológicos da época, cruzam oceanos em busca de dominar outros territórios, e assim adentraram o que, a partir de meados do século XIX passa a ser denominado, e chega aos dias atuais como América Latina. Com isso, os saberes e as formas de cartografar dos povos originários desta parte do continente atualmente chamado de “americano” vão sendo transformados e desconsiderados à medida que essas populações vão sendo dizimadas e submetidas a todo tipo de supressão da cultura, território e formas de vida, incluindo suas diversas leituras e cosmovisões de mundo.

Para a problematização deste artigo, importa reter que, historicamente, os mapas convencionais são elaborados para conquistas e domínios territoriais. Isto tem se sofisticado com as tecnologias leves (de interação interpessoal), leves-duras (que articulam conhecimentos técnicos e científicos às interações), e duras (que requerem máquinas e equipamentos, particularmente, as digitais) ou favoreceram o desenvolvimento de práticas que culminam em conflitos decorrentes da implantação de grandes empreendimentos privados e governamentais com comunidades rurais e tradicionais. Tais conflitos têm desestruturado e expulsando comunidades de seus territórios fundamentado no ocultamento de suas territorialidades nos mapas inseridos nos projetos, sob a narrativa de “desenvolvimento”, que omitem a dinâmica comunitária ancestral, cultural, histórica e econômica, em sua relação direta com o seu território de vida. Configura-se, desse modo, pela cartografia, uma legitimidade de invisibilização de comunidades rurais que resulta em demarcação de “espaços vazios” o que criticamente é qualificado como epistemicídio do espaço vazio (Lang, 2023).

Para fazer justiça social e dar visibilidade a essas comunidades, inicialmente surge nos anos 1990 o Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia como contramapeamento ao Projeto Grande Carajás trazendo, para a leitura contextual, a representação e a voz das comunidades inseridas na área de abrangência deste grande empreendimento e colocando, na mesa, os aspectos comunitários não incluídos nos mapas oficiais, sendo prova documental da injustiça e omissão que se impunha às comunidades.

A partir daí, a cartografia social começou a ganhar espaço como ferramenta de resgate histórico, de demonstração de formas de viver e de existir, de resistência, resiliência e luta para comunidades rurais e tradicionais com ou sem conflitos. Porém, existem diversas metodologias que precisam ser analisadas com cautela para que não sejam contraditórias aos seus objetivos contra hegemônicos, mesmo sabendo-se da impossibilidade de garantir que os produtos da cartografia social, como aqui considerada legítima, sejam indevidamente apropriados. A autonomia comunitária é considerada, neste trabalho, como o elemento legitimador da metodologia a ser executada com as comunidades a serem mapeadas e, portanto, alvo de uma tecnologia exógena (seja leve, leve-dura) que deverá ser aliada de um produto endógeno de forma horizontalizada.

Uma metodologia que dê conta dessa prerrogativa requer que se opere em construção coletiva e com apropriação tecnológica, seja a cartografia social da comunidade demandante de serviço contratado ou de processos de comunicação por pesquisadores extensionistas

(Freire, 1996). É o que se pretende problematizar neste texto, a partir da experiência de prestação de serviço técnico contratado por associação comunitária.

Metodologicamente, este texto apresenta reflexões pautadas em bibliografias seminais (Acseirad, 2012; Almeida, 2013; Freire, 2013 [1968] e 1996) sobre produção e apropriação de conhecimentos populares, provocadas pela prática de construção de cartografia social por demanda técnica de uma comunidade quilombola rural de Piatã, município localizado na Chapada Diamantina - Bahia, realizada entre 2021 e 2022. Configura-se, epistemologicamente, como práxis de ação participativa pautada em procedimentos metodológicos de pesquisa qualitativa.

DESENVOLVIMENTO

Os condicionantes metodológicos da cartografia social autônoma

Em uma combinação com a sugestão de Harley (1989) de “uma nova epistemologia da história cartográfica fundamentada na teoria social e não no positivismo científico.” (Coli, 2012, p. 94) surge, nos anos 1990, para se contrapor às velhas formas de cartografar, a nova cartografia, social (Almeida, 2013), dentro do contexto do Projeto Grande Carajás na Amazônia, realizando contramapeamento aos mapas deste projeto com o projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, fenômeno que ficou conhecido como “a guerra dos mapas”. Segundo Almeida (2013, p. 169),

A “nova cartografia social” revela-se consoante estes meios e condições de possibilidades do presente, que facultam a identificação do território e a história social a povos e comunidades tradicionais, considerados “sem história” e “sem lugar” no mapa oficial.

Para fazer este contramapeamento, denunciando todas as injustiças e a invisibilidade que os mapas trouxeram até hoje com os povos e as comunidades rurais e tradicionais e ao mesmo tempo tentando fazer uma cartografia a partir destes povos e comunidades como protagonistas, há que se analisar uma metodologia que não repita os procedimentos da cartografia tradicional e dos mapeamentos participativos, estes últimos bastante confundidos com a cartografia social, pois enquanto a cartografia social é uma demanda comunitária, o mapeamento participativo é uma demanda externa, “dependente da estrutura de poder na qual ele se instaura” (Acseirad, 2012, p. 10). Sinteticamente, apresentamos no Quadro 1, características contextuais e epistêmicas dos processos/produtos aqui denominados mapeamento participativo e cartografia social, tomando como referência analítica o lugar que a comunidade cartografada ocupa nos referidos processos.

Quadro 1 - Diferenças e semelhanças entre mapeamento participativo e cartografia social

MAPEAMENTO PARTICIPATIVO	CARTOGRAFIA SOCIAL
Representação do espaço	Representação do espaço
Comunidades: Fontes de informação	Comunidades: Protagonistas
Mapa	Escrevivência
Mapeamento	“Contramapeamento”
Decisão externa	Decisão comunitária
Metodologia de pesquisa colaborativa	Metodologia coletiva
Dependente da estrutura de poder	Autonomia

Elaboração: Mucugê, 2025.

Em que pesem as diferenças e semelhanças entre mapeamento participativo e cartografia social tipificadas no Quadro 1, ambos são representações do espaço geográfico, assim como as diversas inscrições dos povos pré-históricos e da atualidade em sua cartografia a partir da sua cosmovisão de mundo, ou as cartografias produzidas mediante tecnologias duras.

No mapeamento participativo, praticados por empresas e governos para a implementação de seus projetos, muitas vezes por decisões judiciais ou para cumprir processos de licenciamento, as comunidades são usadas como fonte de informação, e as metodologias são utilizadas para fins de pesquisa colaborativa ao projeto. A linguagem para seduzir os comunitários à participação segue a esperança de que os projetos incluirão a comunidade. Porém, estas são usadas como fonte de informação e não como protagonistas, sendo a decisão final, externa, e não comunitária. Nem mesmo os resultados ou produtos produzidos nesses processos, são entregues aos sujeitos sociais comunitários.

A princípio, observamos que a metodologia dos mapeamentos participativos não é construída de forma coletiva, como devem ser as cartografias sociais que se utilizam de uma metodologia que considere ser comunitária, onde os territórios têm autonomia sobre o seu produto desde a sua elaboração. Ao contrário, as metodologias dos mapeamentos participativos dependem da estrutura de poder do executor do projeto.

Os mapeamentos participativos, em geral, são focados em um mapa que visa a implementação dos projetos; no produto são incluídos elementos que têm relação direta com o sucesso do empreendimento, e excluídos elementos que possam ser impeditivos do alcance do objetivo que motivou a elaboração daquela cartografia. Ocorrem cartografias realizadas por instituições, cuja intencionalidade objetiva ganhos para as comunidades, e que podem ter resultados efetivamente positivos, mas em termos de processos metodológicos, muitas vezes elas não participam das decisões. Conforme Acselrad (2012),

A noção de mapeamento participativo surge, porém, com a marca de uma ambiguidade: construída para dar a palavra às comunidades de base e grupos desfavorecidos [...] - sua realização mostra-se dependente da estrutura de poder na qual ele se instaura. (Acselrad, 2012, p. 10).

A cartografia social, discutida e proposta junto com a comunidade desde o princípio, ocupa neste artigo, a legitimidade dessa tipologia. Quanto aos produtos dessas representações, em termos de mapas, apresentamos nas Figuras 1 e 2, um mapa produzido como metodologia tradicional e outro baseado em uma cartografia social.

Podemos observar, neste exemplo, a quantidade de elementos incluídos em uma cartografia social que tem como objetivo expressar o território da forma mais completa possível, com elementos históricos e atuais, naturais e culturais, etc. Ou como um mapa tradicional exclui a vida da comunidade em seu território a fim do cumprimento dos objetivos do projeto, cruzando camadas que interessam ao mesmo, com mapas temáticos com elementos de interesse.

Quem demanda uma cartografia social é a própria comunidade, feito na maior parte do tempo por ela, e para ela, que também deve decidir o que deve ser feito com esta cartografia, trazendo a autonomia devida, rechaçada pela cartografia tradicional e positivista. Há, contudo, o risco de apropriação do saber comunitário para outros fins por parceiros que detêm a tecnologia e a técnica, e esta é uma dimensão ética, efetivamente sob domínio do pesquisador ou do técnico que tenha acesso à cartografia, cuja não observância se configura, sem anacronismo, como o que se convencionou denominar biopirataria. Nesse sentido, considera-se que o pedido de autorização para uso de algum elemento da cartografia social de uma

comunidade é adequado, enquanto apresentações da cartografia social de uma comunidade por alguém externo, sem autorização da comunidade, é ilegítimo por não ser ético.

Figura 1 – Mapa tradicional
somente com convenções cartográficas

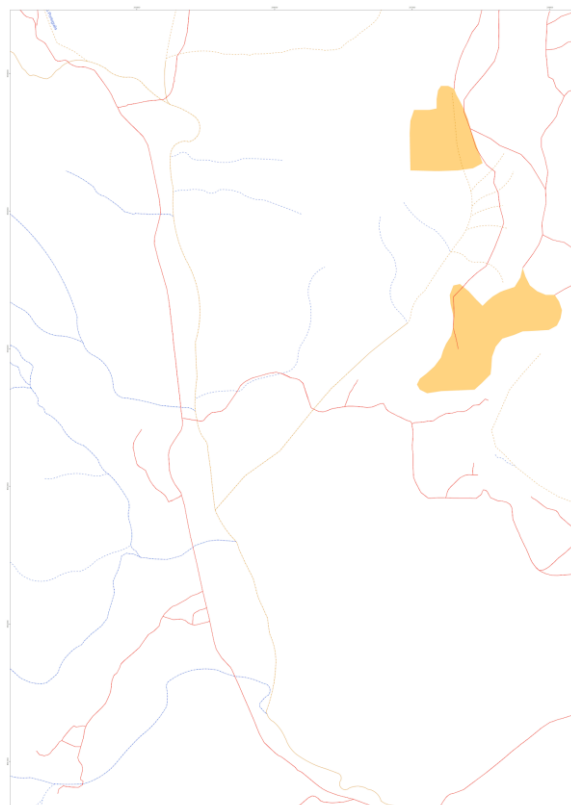
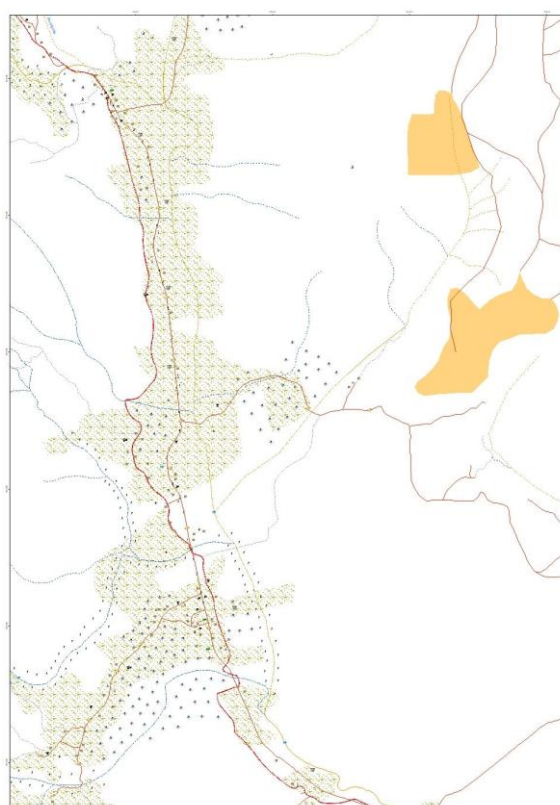


Figura 2 – Cartografia social
com convenções e demais elementos da
dinâmica comunitária



Fonte: ACMCCMSPC, 2022.

Assim, o mais adequado é transmitir a tecnologia e a técnica aos comunitários para que eles tenham autonomia sobre a sua cartografia social, caso eles achem que essa tecnologia e essa técnica são adequadas à sua demanda. Esta atitude metodológica possibilita legitimar a cartografia social como transferência de tecnologia, mas não suprime o requisito de respeito aos saberes das comunidades, transferência sob práxis na extensão do saber técnico, o que requer vigilância epistêmica para ruptura do paradigma em que o que “[...] a Extensão pretende, basicamente, é substituir uma forma de conhecimento por outra [...]” (Freire, 1983, p. 16).

O mundo rural demandante dessa metodologia que pode ser de pesquisa e de ação engajadas na vida das comunidades é diversificado e territorializado a partir de diferentes apropriações fundiárias, que tensionam quaisquer generalizações do mundo rural como local de zonas rurais. É rica a tipificação fundiária que Torres (2013) elenca considerando a apropriação comunal da terra, que é um dos motivadores de configurações fundiárias:

[...] diversas formas de apropriação comunal da terra, sobretudo rural, como ocorre com os faxinais, fundos de pastos, povos extrativistas, ou como alude Almeida (2006, p. 16) em “terras de preto, terra de santo, terras de santa, terras de índio, terras de caboclo, terras soltas ou abertas, terras de herdeiro, terras de parentes, e terra de ausentes”. (Torres, 2013, p. 64).

O papel social do pesquisador comprometido com o saber compartilhado

Para que a cartografia social aconteça como possibilitador de autonomia, mesmo que relativa, é necessário que os técnicos externos à comunidade sejam um complemento provisório à parte técnica que a comunidade ainda não tem, e toda a metodologia deve ser elaborada e aprovada pela comunidade. Durante a realização do trabalho, o técnico ou cientista deve ter uma relação horizontalizada com a comunidade, em um processo de ensino-aprendizagem, pois "não há docência sem discência" (Freire, 1996, p. 23), fazendo com a comunidade, e não para ela, em uma troca de saberes, onde não há o saber mais importante, trazendo cada um o seu conhecimento adquirido, ancestral ou técnico, material ou imaterial, sob o leituro de mundo daquele território com as suas territorialidades, em sua escrevivência transcrita em uma cartografia.

A comunicação horizontalizada através desse ensino-aprendizagem foi experienciada na comunidade quilombola da Bocaina. Localiza-se na região central do estado da Bahia, no Território de Identidade da Chapada Diamantina, mais especificamente no conjunto da serra das Almas, no município de Piatã, em um vale cercado por serras. Entre elas, está a Serra da Santana, conhecida na Bocaina como Serra de Piatã, que separa a comunidade da sede municipal. Grande parte desta serra hoje é o Parque Municipal da Serra da Santana, e nesta há uma trilha histórica, passagem dos moradores da Bocaina para acessar a cidade. O território da comunidade abrange diversas localidades internas conhecidas como Mutuca, Sítio dos Pereiras, Carrapicho, Bebedouro, Bocaina de Cima etc., nomenclaturas relacionadas diretamente com a leitura da comunidade sobre o seu território.

Há relatos da origem da comunidade que indicam oralmente que, da chegada de negros e suas relações com indígenas que já habitavam o território, desenvolveu-se o que hoje é a Bocaina. Alguns achados pré-históricos são prova da presença humana de povos originários neste território, como pinturas rupestres e cachimbos achados por comunitários com geometrias passadas, feitos de material natural local.

Além desses relatos, moradores contam histórias relacionadas ao passado. Uma delas envolve uma lapa, conhecida como Lapa dos Morcegos, onde os moradores se esconderam com medo da Coluna Prestes quando esta passou pela Bocaina pois, o que se espalhava pela região era a informação de que este grupo era violento.

Outra história envolve uma localidade conhecida como Baixa 60 que, segundo os comunitários, foi o local onde os antigos conseguiram plantar para subsistência e o único lugar onde conseguiam água, ambos em um período dos anos 1960 de grande seca na região. Fato é que neste local corre ainda um córrego perene, apesar da diminuição do volume de água nos rios da região nas últimas décadas. Este local fica entre o Morro do Garimpinho e o Morro do Sobrado, onde corre o riachinho do Brejinho. O local é uma baixada entre rochas areníticas e argílicas. Acima, o riacho é intermitente. Perto da baixada, ele fica perene e, logo abaixo, volta a ficar intermitente. Isso indica uma provável minação de água no local onde, a jusante do mesmo, fica a Baixa 60, comprovando o fato da perenidade do riacho.

Na comunidade da Bocaina houve também um extensivo cultivo agrícola que começou com o primeiro ciclo do café e da mandioca, sendo o café substituído, em partes, pela cana-de-açúcar, originando os diversos engenhos e casa de farinha que, em sua maioria, encontram-se em ruínas. Em sequência, o arroz faz parte da cultura local, e hoje se tem uma agricultura mais diversificada, que inclui café, hortaliças diversas, palma, e produção de cana que é transformada em rapadura e cachaça.

Além dessa produção agrícola, o extrativismo é uma prática ancestral que ultrapassa gerações. O território é permeado pela vegetação de Caatinga nas partes mais baixas e, em altas altitudes, pela vegetação de Cerrado. Enclaves de Mata Atlântica estão presentes nos vales a oeste do território, nas margens dos rios. Essa mescla de vegetação proporciona

ecossistemas típicos do local, consequentes também da variedade de altitude e de solo, além da posição geográfica das serras, alinhadas no sentido norte-sul, sendo as escarpas oeste e leste induzidas a diferentes graus de insolação, alteradas ainda pelas estações do ano.

A diversidade de tipologia vegetal proporciona as inúmeras opções de elementos de extrativismo no território. Do coco da palmeira babaçu e do licuri, presentes naturalmente nos quintais (licuri) e na beira de rios (babaçu), se extrai o óleo para consumo, sendo o excedente, vendido nas feiras. Suas palhas são utilizadas também para cobertura, artesanato e vassoura. O candombá, da família das *velloziáceas* (canela-de-ema), é utilizado para acender fogão a lenha, reconhecido o óleo de seu tronco com valor combustível. Outras plantas são extraídas em diversas áreas do território para fins medicinais.

O garimpo artesanal também teve uma expressão significativa no território, de onde foram extraídos ouro, cristal e manganês. Prova disso são as 9 áreas remexidas por garimpo no território.

A expressão católica é expressiva na comunidade, com a presença de 3 igrejas católicas, referência para as diversas atividades e comemorações religiosas: São João, Santo Antônio, Nossa Senhora da Guia, terço dos homens e das mulheres, Nossa Senhora da Aparecida, etc. O terno de reis (reisado) da Bocaina figura como um dos principais e mais atuantes do município, com suas atividades se iniciando no dia 25/12 e finalizando somente em 06/01, passando por várias residências não só da Bocaina, mas também do povoado vizinho, conhecido como Mocó, além de demais localidades do município. Não dá para deixar de citar as diversas curas repassadas por gerações e ainda presentes na comunidade, com utilização de diversas plantas medicinais para cura física, mental e espiritual.

Já a água utilizada pela comunidade vem das serras que contornam o território. Vários rios e córregos permeiam a localidade, sendo suas águas captadas e direcionadas através de tanques e pequenos barramentos até as residências e roças adjacentes. Essa prática naturalmente diminui o volume dos cursos d'água a jusante, porém sem ocasionar conflitos, pois ninguém fica sem água na comunidade por causa deste fator, já que há um gerenciamento da água de forma coletiva e informal (ACMCCMSPC, 2022).

Em 1999 surge na Bocaina a Associação Comunitária dos Moradores das Comunidades de Carrapicho, Mutuca, Sítio dos Pereiras e Capão - ACMCCMSPC (nomenclaturas das localidades da Bocaina) e, 14 anos depois, através de requerimento desta organização social à Fundação Cultural Palmares, a comunidade da Bocaina, com todas as suas localidades internas, é reconhecida como quilombola.

Só que, antes deste reconhecimento, em 2005, o Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM adquire um alvará de pesquisa (Processo DNPM 872.561/2005) para exploração de ferro no Morro do Canarinho, divisor de águas que separa as comunidades da Bocaina e do Mocó, transferindo os direitos minerários em 2007 para a Soterra Mineração do Brasil Ltda e, logo após, para a Zeus Mineração Ltda, que deu entrada no processo de Licença Simplificada em 2011 (Processo 2011-008903/TEC/LS-0318) para extração de manganês e ferro, com Guia de Utilização para extração de 300.000 toneladas de ferro e 6.000 toneladas de manganês. Já neste mesmo ano de início da exploração, moradores da Bocaina e do Mocó relatam prejuízos às comunidades devido à poeira do britador das máquinas, invasão de terrenos e o aterramento da nascente do Liobino, no Mocó. Essa mina ficou conhecida como Mina Mocó (Mucugê, 2025).

Em 2013, um ano antes do reconhecimento como quilombola, as comunidades da Bocaina e do Mocó instauram um inquérito civil no Ministério Público Estadual - MPE e fazem uma manifestação popular para proteção das nascentes, sendo naquele momento ameaçadas por um funcionário da empresa. A empresa então, neste mesmo ano, transfere a área para a Brazil Iron Mineração Ltda, que consegue uma Licença de Operação no mesmo ano que a comunidade é reconhecida como quilombola (2014), que vigorou até 2017, para a extração de

1.200.000 toneladas de minério de ferro. Só que, em 2015, suas atividades foram paralisadas por condições de insalubridade e estrangulamento da mina (*ibid*).

A Brazil Iron, em 2018, inicia pesquisas para retomar as atividades de lavra do minério de ferro, e em 2019 conseguem uma Guia de Utilização de Lavra prorrogada até 2022 e consegue, do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – INEMA, Autorizações Ambientais. Assim, a empresa intensifica seus trabalhos, com explosões a qualquer hora, carretas atravessadas nas estradas vicinais que dão acesso às comunidades rurais, funcionamento 24 horas, etc. Isto ocasionou, nas comunidades da Bocaina e do Mocó, problemas de insônia devido ao barulho das máquinas, inclusive de madrugada, resíduos da exploração de ferro nas plantações, casas rachadas, problemas respiratórios, e assoreamento de rios a jusante dos locais destinados ao estéril. Com as chuvas, no caso da Bocaina, o material depositado no estéril é deslocado para a nascente do rio do Bebedouro, perene, que abastecia parte da localidade do Bebedouro, na Bocaina. Com o seu assoreamento, os moradores desta localidade tiveram que buscar outra fonte de abastecimento, no rio da Barra, distante aproximadamente 4km das residências, no lado ocidental da Bocaina, na borda da Serra da Santana, enquanto que o Bebedouro está na margem oriental, a mesma da mina.

Com todos estes problemas, as comunidades da Bocaina e do Mocó se aproximam da empresa através de um diálogo para busca de soluções, mas os problemas só se agravam. Então essas comunidades, sem envolvimento e articulação com nenhum movimento ou organização social, mas com a sabedoria adquirida dos seus antepassados e do seu dia-a-dia na “labuta da roça”, com o saber de suas formas organizativas (associações, igrejas etc.), resolvem se manifestar através de uma ação direta. Em outubro de 2020, no meio da pandemia da Covid-19, as comunidades fecharam a via que dá acesso às carretas que transportam o minério de ferro e, como não tinham nenhuma experiência com essa ação, chamaram a Polícia Militar para acompanhar a manifestação. Isso demonstrou a boa intenção dos comunitários, que entendiam que estavam buscando justiça, e que a polícia os garantiria o direito a se manifestar, já que estavam corretos em suas reivindicações, e que a polícia os protegeria em caso de reação violenta da mina. Então foram surpreendidos pela repressão policial, que lançou gás lacrimogêneo nos manifestantes que, como consequência, resolveram se deslocar até a sede municipal para um protesto, também pacífico por parte dos comunitários.

A partir daí, as comunidades da Bocaina e do Mocó resolvem ampliar a sua ação, chamando a atenção da opinião pública e se articulando com demais organizações e movimentos sociais e da igreja, a exemplo da Comissão Pastoral da Terra – CPT, que se aproxima das comunidades. É lançado também, no município, a Frente Socioambiental de Piatã, conectando indivíduos do município sensibilizados com a causa socioambiental, e assim utilizando a Frente para fazer a ponte com demais organizações.

Um dos resultados dessa mobilização foi a visita da CPT em uma reunião da ACMCCMSPC, conhecida localmente como Associação da Bocaina, que fez uma escuta solidária e entendeu-se, em coletivo, a necessidade de se fazer um registro histórico da comunidade, mapeando a comunidade, com seus elementos, e o conflito com a mina, para um melhor entendimento do território, documentando e proporcionando ações. E a Frente, juntamente com a Associação, em 2021, resolveu submeter o Projeto “Construindo o Coletivo Socioambiental entre as Serras de Piatã” onde foram inseridas, em suas ações, a elaboração das cartografias sociais das comunidades da Bocaina, do Mocó, do Barreiro e do Tamboril (as duas últimas estão localizadas em outra localidade de Piatã, fora da influência da mina). Este projeto foi aprovado pelo Fundo Casa Socioambiental, quando, em reunião com a diretoria da Associação da Bocaina, houve o convite e a contratação técnica autônoma de Rogério Mucugê, autor principal deste artigo, para a elaboração das cartografias com os comunitários.

A primeira ação da elaboração da cartografia social foi fazer uma apresentação em Assembleia Geral das Associações da Bocaina e do Mocó para discutir a metodologia do

trabalho. Como foi identificada a existência de uma Associação de Produtores de Cana, desarticulada, na parte de cima da Bocaina, resolveu-se também envolver os comunitários de cima, na sede desta Associação, para abranger mais comunitários.

Durante a discussão, foram abordados: o que é cartografia social; exemplos de cartografia social; e o que deve ser feito e quando (metodologia e agenda). Após discussão e esclarecimentos, a proposta foi apreciada e aprovada nas Assembleias. Então os trabalhos foram iniciados com o levantamento de todas as categorias (ou grupos) sociais existentes nas comunidades. No caso específico da Bocaina, foram identificados os seguintes grupos: reiseiros, terço, coral da igreja e católicos; coletores e coletoras de coco, canela-de-ema, candombá e plantas medicinais; mais antigos da comunidade; agricultores familiares; criadores de animais; antigos garimpeiros; artesãos e artesãs.

Depois deste levantamento, foram organizadas oficinas de trabalho com cada categoria ou grupo social, com agenda marcada, para que cada grupo ou categoria social pudesse descrever a sua territorialidade. Estas oficinas ficaram conhecidas como “incluindo a sua territorialidade”. Papel metro, imagens satélites, folhas de papel ofício, canetas de diversas cores, etc, foram alguns dos materiais disponibilizados para que cada grupo pudesse ter a liberdade de descrever, da forma que se sentisse mais à vontade, a sua territorialidade.

Durante as oficinas de inclusão das territorialidades, foram identificadas pessoas de referência de cada grupo ou categoria social para serem entrevistadas. As entrevistas foram agendadas e realizadas, para serem transcritas, onde elementos relatados pelos entrevistados foram inseridos nos planos de georreferenciamento de campo.

Com o resultado deste trabalho em mãos, foi organizado um agendamento de levantamento de dados georreferenciados em campo, com o objetivo de espacializar todos os elementos apontados nas oficinas e nas entrevistas. Para isso, comunitários com conhecimento do território acompanharam o técnico em campo, se revezando em sua área de conhecimento para este acompanhamento. Assim os dados georreferenciados foram coletados e lançados na plataforma de Sistema de Informações Geográficas – SIG da cartografia social da comunidade. As fotos tiradas e as entrevistas realizadas foram incorporadas aos documentos da cartografia, para serem transcritas (no caso das entrevistas) e sistematizadas em um texto final.

Com este material em mãos, os dados foram sistematizados em um mapa e em um texto para validação em Assembleia, que foi articulada especialmente para este fim. Os dados foram apresentados, e inclusões, exclusões e alterações foram sugeridas aos documentos. O que foi necessário complementar ou alterar em campo, foi feito, também com agendamento prévio com os comunitários, e acompanhamento dos mesmos.

Durante este processo, foi feita uma Oficina de Noções Básicas de Cartografia e Navegação, para que os comunitários pudessem ler e usar o seu próprio mapa sem precisar de um técnico ou pessoa externa para isso.

Após as correções e apropriações, houve um evento de entrega da cartografia social, onde a Associação Comunitária da Bocaina convidou parceiros e amigos para uma confraternização. Durante o evento, houveram apresentações de manifestações artísticas diversas da comunidade, e exposições de seu acervo histórico e atual contemplado na cartografia.

Ao final, todo o produto da cartografia social, com seus insumos, foi entregue à comunidade para que a autonomia se dê também quanto ao seu uso.

Durante toda a execução da cartografia social, não houve palestras e evitou-se uma formação verticalizada de um técnico formando comunidade, e sim uma formação horizontalizada, em uma troca de saberes.

Daí que as palestras sejam cada vez menos indicadas como método eficiente. Daí que o diálogo problematizador, entre as várias razões que o fazem indispensável, tenha

esta mais: a diminuir a distância entre a expressão significativa do técnico e a percepção pelos camponeses em torno do significado. [...] a educação é comunicação, é diálogo, na medida em que não é a transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados. (Freire, 2013 [1968], p. 52-53).

Passados alguns meses da entrega da cartografia, ocorreu a preocupação inicial de que a mesma ficaria esquecida em algum canto da associação, mas não foi isso que aconteceu. Mesmo que isso acontecesse, também seria legítimo. A simples elaboração de uma cartografia social durante todo o seu período já inclui processos e resultados, pois tudo que ocorre durante a sua execução é político pedagógico. Como exemplo, as oficinas trazem uma discussão profunda sobre formação, histórico e atualidade do território, entre os comunitários.

Todo o processo é pedagógico, buscando uma construção horizontalizada, dialogada, aprofundada, com discussões, onde contradições de informações são trazidas e compreendidas de forma coletiva quanto ao seu entendimento e resultados, pois, todos, técnico e comunitários, “assumindo-se também como sujeito[s] também da produção do saber, se convença[m] definitivamente de que ensinar não é *transferir conhecimento*, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção.” (Freire, 1996, p. 22).

O que não era visto como força na comunidade, é vislumbrado a partir de outra perspectiva. Artistas locais são visibilizados, com seus artesanatos, poemas, pinturas, etc. A visibilidade que o território adquire perante agentes externos fortalece suas atividades, a exemplo da apicultura, produção agrícola, óleo de coco nativo, etc. Pesquisas começam a ser realizadas no território por dezenas de pesquisadores, utilizando a cartografia social como fonte de pesquisa, e até um grupo de pesquisa da UFBA se insere no território para pesquisar a qualidade da água, utilizando a camada de malha hídrica da comunidade, produzida por ela mesma, classificando rios perenes, intermitentes e efêmeros, assoreados e não assoreados, com nomes indicados durante a execução da cartografia.

Houve facilidade também para a elaboração do Cadastro Estadual de Florestas em Imóveis Rurais – CEFIR Coletivo Quilombola que se apropriou da cartografia social para a delimitação do território visando a regularização ambiental da comunidade, garantindo mais acesso dos quilombolas às políticas públicas. Caso não houvesse a cartografia, correriam riscos de minimização do território, deixando nascentes e morros indicados como Áreas de Preservação Permanente – APP e Reserva Legal – RL, desprotegidos e vulneráveis, fora do território.

Com a cartografia social, a comunidade sabe exatamente quais áreas do território estão envolvidas por processos minerários ativos na Agência Nacional de Mineração - ANM, através do Sistema de Informação Geográfica da Mineração - SIGMINE, quais são esses processos, e em qual fase se encontram.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Alguns desafios ainda se mostram presentes para que uma cartografia social seja autônoma. Hoje se fala muito em realizações de cartografia social, inclusive por governos e empresas, seguindo a mesma lógica dos mapeamentos participativos, mas que vem a ser um conceito apropriado de forma indevida, descaracterizando a possibilidade de autonomia das cartografias sociais. Cartografias afetivas, culturais etc., começam a surgir no campo da cartografia, podendo ser social ou não. Então há que verificar se existe autonomia comunitária em sua cartografia, para que seja social.

As limitações de ferramentas tecnológicas e de processos formativos na área da educação também são desafios para a autonomia, principalmente para que a comunidade não dependa de nenhum agente técnico externo para que seja demandada a sua presença sempre

que a comunidade quiser atualizar a cartografia, ou utilizá-la para o cruzamento com outra informação.

Processos pedagógicos autônomos para povos e comunidades que fazem a sua cartografia social devem ser buscados entre técnicos, universidades e comunitários, rompendo processos hegemônicos dos mapas tradicionais e dos mapeamentos participativos, e construindo, de forma horizontalizada, uma outra cartografia, social, porém coletiva, onde até mesmo universidades consultem as comunidades quanto ao seu uso ou publicação, de forma horizontalizada, onde o detentor das decisões sobre a cartografia social sejam da própria comunidade.

Ao se buscar justiça social em metodologias cartográficas, deve haver sensibilidade e autocrítica permanente para que a substituição dos saberes contribua mutuamente para os sujeitos rurais e para os pesquisadores e técnicos. Há que se vigiar epistemologicamente a motivação do técnico ou do cientista, para não repetir os tradicionais mapeamentos participativos que “sequestram” o conhecimento tradicional para seus objetivos externos à comunidade, sejam eles condizentes com as demandas comunitárias (neste caso, coincidindo com interesses alheios) ou não.

A cartografia social, um “contramapeamento” ao mapeamento oficial, mais do que um mapa, um produto, é processo do fazer contemporâneo de coparticipação social de apropriação dos avanços tecnológicos que ressignifica outros métodos disponíveis. A intencionalidade de possibilitar autonomia comunitária é o alicerce na produção de cartografia social territorialmente legitimada, do pré-início ao pós-fim.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. Mapeamentos, identidades e territórios. In: ACSELARD, H. (org.). **Cartografia social e dinâmicas territoriais: marcos para o debate**. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2012, p. 9-45.

ALMEIDA, A. W. B. Nova Cartografia Social: territorialidades específicas e politização da consciência das fronteiras. In: ALMEIDA, A. W. B.; FARIAS JÚNIOR, E. A. (org.). **Povos e comunidades tradicionais nova cartografia social**. Manaus: UEA Edições, 2013, p. 157-173.

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES DAS COMUNIDADES DO CARRAPICHO, MUTUCA, SÍTIO PEREIRA E CAPÃO – ACMCCMSPC. **Cartografia Social da Comunidade Quilombola da Bocaina**. Jul. 2022.

COLI, L. R. Sistemas de Informação Geográfica e iniciativas participativas de mapeamento: estratégias, ambiguidades e assimetrias. In: ACSELRAD, H. (org.). **Cartografia social e dinâmicas territoriais: marcos para o debate**. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2012, p. 93-122.

FREIRE, P. **Extensão ou Comunicação?** [recurso eletrônico]. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREITAS, E. P. de. **Uma análise do ensino da Geografia utilizando as representações cartográficas no 2º ciclo das escolas públicas de Natal - RN**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005.

MUCUGÊ, R. **Território e territorialidades fortalecidos? A cartografia social do quilombo da Bocaina - Piatã-BA**. 2025. Dissertação (Mestrado em Território, Ambiente e Sociedade) - Universidade Católica do Salvador, Salvador, 2025.

LANG, M. *et al.* **Más allá del colonialismo verde:** justicia global y geopolítica de las transiciones ecosociales. Editado por Miriam Lang; Breno Bringel; Mary Ann Manahan. 1a ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2023.

TORRES, P. R. **Terra e Territorialidade das áreas de fundos de pasto no semiárido baiano - 1980-2010.** Feira de Santana: UEFS Editora, 2013.

INFORMAÇÕES DOS(AS) AUTORES(AS)

Rogério Mucugê Miranda

Mestre em Território, Ambiente e Sociedade e graduado em Geografia pela UCSAL, atua tecnicamente em ações relacionadas a turismo comunitário, ecoturismo, conservação ambiental e valorização de povos e comunidades rurais e tradicionais, utilizando a cartografia social e o geoprocessamento como ferramentas de trabalho. Integra o Grupo de Pesquisa Desenvolvimento, Sociedade e Natureza (DSN/UCSAL).

E-mail: rgmucuge@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0009-0001-3174-0883>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5847001150094961>

Cristina Maria Macêdo de Alencar

Doutora em Ciências Sociais do Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ) Economista (UCSAL), integra a Rede de Estudos Rurais, e a GIPAP; lidera o GP DSN/UCSAL. É docente permanente do PPGTAS/UCSAL com ensino, pesquisa e extensão em Economia e Sociologia Rural; Metodologia Científica, desenvolvimento social e territorial; relações sociedade e natureza, conhecimento científico e realidade social, relações rural urbanas, dinâmicas socioambientais.

E-mail: cristina.alencar@pro.ucsal.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1463-6224>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2257876241055037>

Recebido em: 11/06/2026

Aceito em: 10/07/2026